



Brasil em perigo

O Governo deu seu recado: quer, em três meses, uma nova ordem política e econômica com a quebra do monopólio de petróleo e de telecomunicações e outras aberturas da economia que servirão de "cartão postal" do Brasil no exterior, como afirma o Ministro de Planejamento, José Serra. Ao mesmo tempo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso promete um forte lobby na defesa de suas idéias, mas impede as estatais de fazerem o mesmo, baixando, inclusive, um pacote de "engessamento" (termo de modismo atual) destas. Enquanto o Congresso recebe as emendas de reforma na Constituição, a economia vive dias agitados de fuga de capital especulativo e perda preocupante de divisas na balança comercial.

Economia está mal

O risco de perdas maciças nas reservas de moeda forte do País agravado pelas crises dos governos do México e da Argentina levaram o Brasil a realizar a primeira desvalorização do real frente ao dólar, desde o lançamento do Plano Real. Adotando o mecanismo de bandas, que possibilita um câmbio flexível, as autoridades econômicas brasileiras tentaram mostrar ao mundo que temos condições de enfrentar crises.

De início, a nova política cambial promoveu uma desvalorização de 2,8% em nossa moeda, que tenderia a aumentar gradativamente, além de anunciar outras medidas paralelas, como a privatização da Vale do Rio Doce, um dos filés mignons de nossa economia.

Só que as mudanças econômicas vazaram para um mercado que já se encontrava bastante nervoso desde o início do mês, levando o Governo a realizar mais de 30 leilões para tentar controlar a situação financeira, enfrentando subidas e descidas constantes nas bolsas de valores e a queimar praticamente mais de US\$ 3 bilhões em reservas comerciais. Assim, ao invés das exportações serem valorizadas, o governo acabou elevando a taxa de juros para conter os especuladores e frear a saída de dinheiro.

Os resultados dessa vulnerável e peri-

gosa política somente vamos sentir um pouco mais tarde até porque a economia continua fazendo água, com as importações superando as exportações. É inegável que não restam ao Governo FHC muitas inovações e a desvalorização do real, com aumento da inflação, é para já. A preocupação maior é de uma crise mais séria, pois é bom lembrar que os salários estão contidos há quase um ano.

Em seus discursos recentes, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, já começa a negar que vão ser adotadas medidas recessivas. Isto porque o empresariado norte-americano deu o recado contrário à desvalorização do real, como disse o porta-voz Malcom Steve Forbes Júnior.

Estamos vendo na prática os resultados de um plano artificial para segurar a inflação, baseado em medidas neoliberais que deram errado no México e na Argentina. A situação mostrou, como afirma o físico e professor Luis Pinguelli Rosa, ser "irrealista o dogma do livre mercado e do Estado fora da economia." E o Brasil foi o País que mais fez ajustes para anular os efeitos da crise mexicana, o que ainda não conseguiu. Tudo seria diferente se o Governo FHC tivesse adotado medidas de crescimento de nossa economia ao invés de privilegiar modelos importados.

Nova política

O Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional suas propostas de reforma da Constituição que foram criticadas pelos parlamentares mais consequentes por serem verdadeiros "cheques em branco". No tom neoliberal que imprimiu ao seu Governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso critica sempre os monopólios estatais, considerando-os "entraves da economia", e não admite debater o assunto pois classifica de "visão curta" e "idéias arcaicas" as opiniões contrárias às suas.

Para acelerar a tramitação das suas propostas, que são as mesmas apresentadas pelo Centrão, em 1988, quando o grupo era, liderado pelo Deputado Ricardo Fiuza, o governo resolveu conversar com os parlamentares, guardando na manga o trunfo do segundo escalão ainda não nomeado. E exigiu o apoio formal dos partidos às suas posições.

Apesar de tentar reduzir os prazos de exame das emendas e até de fazer as reuniões extraordinárias contarem para acelerar a Reforma, o Governo garante que não lançará mão de Medidas Provisórias para regulamentar as mudanças que venham a ser aprovadas na Reforma. "Essa não é a nossa intenção" garante o Ministro da Justiça, Nelson Jobim.

Próximos Passos

Amenda constitucional que flexibiliza o monopólio estatal de petróleo, com 34 votos a favor e 13 contra passou na Comissão de Constituição e Justiça que considerou admissível a emenda, isto é, constitucional, pré-requisito para que o conteúdo seja discutido. A comissão especial da emenda de petróleo é presidida pelo Deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), tendo como relator, o Deputado Procópio Lima Neto (PFL-RJ). Estes são os próximos passos:

- 1- Cada Comissão tem 40 sessões de prazo para discutir e votar cada emenda
- 2- Durante as 10 primeiras sessões poderão ser apresentadas propostas de alteração da emenda do governo
- 3- Para aprovação das emendas é preciso apoio de metade dos deputados mais um

- 4- O parecer é publicado. Depois de duas sessões ordinárias entra na pauta para debate e votação em plenário
- 5- O presidente da Câmara poderá encurtar o tempo reservado aos debates - no máximo 4 sessões
- 6- Cada emenda terá de passar por dois turnos de votação. Em cada votação serão necessários 308 votos (3/5 do plenário) para aprovação da emenda
- 7- Nesse intervalo podem ser apresentadas novas propostas de mudança na redação da emenda
- 8- No segundo turno os debates não podem demorar mais de duas sessões
- 9- Aprovada a emenda é necessária nova votação para acertar a redação final. Depois de publicada a emenda é encaminhada ao Senado.

Listão da Aepet

A AEPET encaminhou às lideranças de todos os partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e ainda para os jornalistas dos principais jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília uma relação de

uma série de personalidades que ocuparam cargos públicos relevantes e hoje são sócios de bancos privados. Na carta de apresentação, alertava-se para que o fato é igualmente grave no BNDES onde "ex-dirigentes após participa-

rem do processo de desestatização foram recrutados por bancos que participaram do negócio, levando consigo toda a sorte de conhecimentos adquiridos no setor público."

Ao final do documento

firmava-se a posição: "acreditamos ser de responsabilidade do Poder Legislativo fixar normas e regras que coíbam e punam a mistura do público e privado em benefício de alguns e em prejuízo do País".

NOME	CARGO PÚBLICO	CARGO ATUAL
André Lara Resende	Diretor do Banco Central	Sócio do Banco Matrix
Antoninho Marmo Trevisan	Secretaria de Controle das Estatais	Presidente da Trevisan Auditores & Consultores
Antônio Carlos Lemgruber	Presidente do Banco Central	Vice-Presidente do Banco Liberal
Armínio Fraga Neto	Diretor do Banco Central	Trabalhou no Banco Garantia e na Salomon Brothers
Carlos Brandão	Presidente do Banco Central	Aposentou-se como Diretor do Banco Econômico
Claudio Haddad	Diretor do Banco Central	Sócio do Banco Garantia
Eduardo Modiano	Presidente do BNDES	Banco Itamarati
Fernão Bracher	Presidente do Banco Central	Dono do Banco BBA - Creditanstalt S.A.
Francisco Gros	Presidente do Banco Central	Abriu o BFC e trabalha para o Grupo Americano Morgan Stanley
Francisco Pinto	Diretor do Banco Central	Foi executivo do Banco da Bahia de Investimentos
José Júlio Senna	Diretor do Banco Central	Diretor do Banco Graphus
José Luis Alquéres	Presidente da Eletrobrás	Diretor do Banco Bozano Simonsen
José Luis Miranda	Diretor do Banco Central	Banco Interatlântico
José Pio Borges	Diretor do BNDES	Banco BBM - Petroquímica
Luis Carlos M. de Barros	Diretor do Banco Central	Sócio do Banco Matrix
Luis Crisóstomo	BNDES	Banco Cindam
Mailson da Nóbrega	Ministro da Fazenda	Consultor
Marcílio Marques Moreira	Ministro da Fazenda	Consultor
Pedro Bodin	Diretor do BNDES e do Banco Central	Banco Icatu
Pérsio Arida	Diretor do Banco Central	Trabalhou no Unibanco. Atual presidente do Banco Central
Ricardo Vianna	Diretor do BNDES	Banco Itamarati
Roberto Castelo Branco	Diretor do Banco Central	Banco Interatlântico
Sérgio Zedron	Diretor do BNDES	Banco Graphus
Winston Fritsch	Secretário de Política Econômica	Presidente do Banco Kleinwort Benson

Publicado no ESP - 24/03/95

Publicado em O Dia - 24/03/95

Doa a Quem Doer

Para conseguir aprovar as suas propostas de reforma na Constituição, o Governo adotou algumas premissas básicas: 1 - negociar os cargos de segundo escalão com os parlamentares em troca de apoio às suas medidas; 2 - partir para um forte esquema de divulgação, principalmente na mídia e junto à população sobre os seus objetivos na reforma; e 3 - arrochar as estatais para provar que são ineficientes.

No arrocho às estatais, as medidas não são apenas econômicas, mas, também, ditatoriais. O que se percebe é um retorno à linha predo e arebento, popularizada pelo ex-Presidente Figueiredo. O atual Presidente da República tem feito ameaças diretas do tipo vou demitir e acabar com o corporativismo das estatais. "Não admito que ninguém se coloque contra as propostas do meu governo. Farei as reformas, doa a quem doer".

Uma das primeiras medidas foi a proibição das estatais de fazerem lobby, mostrando o que já têm feito. Esta proposta chegou agora a ameaças declaradas, como a Petrobrás vem fazendo a seus empregados de até demitir dirigentes de entidades que trabalham na estatal, mesmo que eles se utilizem dos dias de férias para falar da Petrobrás no Congresso. Seria cômica se não fosse séria, a notícia de que o Congresso decidiu até pôr grades para evitar a aproximação dos lobistas, mas somente o de estatais, porque o empresariado já amou um forte esquema sem qualquer contestação.

Do aperto às estatais cons-

tam corte de pelo menos 15% nos seus gastos, redução de gastos totais de R\$ 3,6 bilhões, ameaça aos seus dirigentes, mudança nas datas de pagamento de seus funcionários, impedimento de qualquer contratação nova, mesmo com a redução do quadro funcional com aposentadorias, revisão dos contratos já estabelecidos e outras medidas.

O Governo fez mira tendo como alvo principal a Petrobrás, a empresa mais afetada por todas as suas restrições às estatais. De início a empresa já se viu obrigada a reduzir R\$ 400 milhões dos seus projetos de aplicação para este ano.

Informe AEPET

- Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) - Av. Almirante Barroso, 22-19º andar - Centro - RJ - Cep: 20031-000 - Tel.: 220-4774
- Jornalista Responsável: Celeste Cintra

- Diagramação e Editoração Eletrônica: Ícone Comunicação & Arte - Tel.: 220-5757
- Reprodução permitida, desde que citada a fonte

Deu na Imprensa

A Zero

Sova mesmo levou o governo na audiência pública de sexta-feira no Congresso sobre o fim do monopólio da Petrobrás.

O representante do governo ficou no fundo do plenário enquanto os engenheiros da Petrobrás, munidos de mapas e gráficos, mostravam a eficiência da Petrobrás como empresa estatal.

Muitos deputados, inclusive do PPR, o partido que defende com maior veemência a quebra dos monopólios, ficaram balançados.

Coluna do Estadão
ESP (19-3-95)